



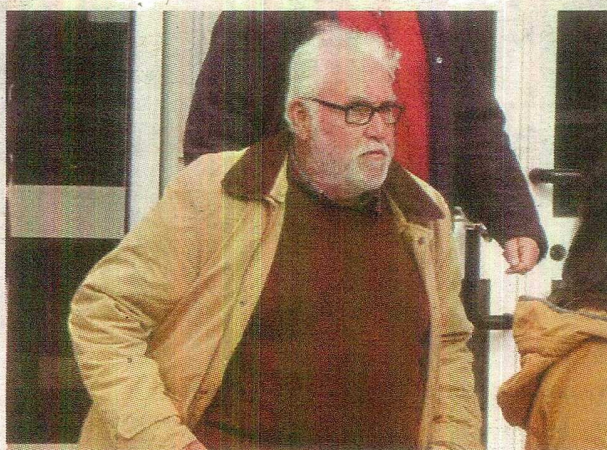
MP quer prisão efetiva para antigo engenheiro da Brisa

Suspeitas de corrupção e conluio em expropriações de terrenos para autoestradas. Defesa pede absolvições

Roberto Bessa Moreira
roberto.moreira@jn.pt

GAIA Januário Marques admitiu, ontem, no Tribunal de Gaia, que entregou 10 mil euros a João Malheiro Reymão, ex-alto quadro da Brisa. Explicou, no entanto, que o dinheiro foi usado para pagar os serviços de consultadoria prestado por Reymão. “Eu tinha um dinheiro a receber da Brisa devido a uns terrenos meus que foram expropriados e fui ter com o senhor Reymão para me ajudar. Dei-lhe 10 mil euros em cheque para pagar os honorários. Ele já não estava a trabalhar na Brisa e tinha uma empresa de consultoria”, referiu.

Recorde-se que Januário e Reymão estão acusados de crimes de corrupção, burla e falsificação. Segundo o Ministério Público, ambos controlavam um esquema que passava pela aquisição dos terrenos a expropriar com oferta de valores, aos proprietários, superiores aos oferecidos pela Brisa. Depois, em suposto conluio com o engenheiro Reymão, os empresários conseguiam revender à AEDL - Auto Es-



AMIN CHAAR / GLOBAL IMAGES

Reymão era responsável pelas expropriações da Brisa

tradas do Douro Litoral com avultados lucros.

Em 120 negócios identificados na acusação, e que envolvem ainda empresas de Vítor Batista, empresário e contabilista de Sandim, o prejuízo da AEDL, controlada pela Brisa, terá atingido 5,724 milhões de euros.

Ontem, nas alegações finais, o procurador Jorge Noel Pinto defendeu ter ficado provada a acusação e, como tal, Januário Marques, João Reymão e Vítor Batista devem ser condenados a penas de prisão efetiva. Isto porque, sustentou, é necessário dar um sinal contra a corrupção.

Posição oposta foi apre-

sentada por Pedro Alinho, advogado do engenheiro da Brisa. Para este causídico, não houve corrupção em negócios que significam, somente, 0,75% dos 1300 milhões de euros de prejuízos acumulados da AEDL plas-mados no último relatório e contas conhecido (de 2017). Júlio Rosa, defensor de Vítor Batista, completou esta tese, dizendo que não houve negócios ilícitos.

“Não é burla ou corrupção comprar por um e vender por 100. E os valores pagos nestes negócios são idênticos aos pagos noutras expropriações”, afirmou, por sua vez, Pedro Delille, advogado de Januário Marques. ●